REQ
00073/2020

COMISSÃO MISTA TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2020

(Do Sr. Afonso Florence)

Solicita audiência pública para discutir Tributos e impactos na Saúde no âmbito da Reforma Tributária.

CD/20656.86479-00

Senhor Presidente,

Requeiro, no termo do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão Mista, com a finalidade de debater as propostas até aqui apresentadas nas PEC's 45/2019, e 110/2019, e o PL 3887/2020, bem como as emendas respectivas a cada Proposta de Emenda à Constituição, e ao Projeto de Lei, relativas à seguridade social e saúde.

Propomos como convidados:

1. Sra. Paula Johns, Diretora Geral da ACT Promoção da Saúde;
2. Sr. Cláudio Lucinda, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);
3. Sra. Tânia Cavalcanti, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro - CONICq;
4. Sra. Nathalie Beghin, Coordenadora da Assessoria do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC; e
5. Sr. Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal - CCiF;

CD209860570500

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da audiência pública remota ora proposta é discutir a relação entre tributos e saúde, de modo a entender como a reforma tributária, especialmente a revisão de subsídios fiscais e a tributação de produtos não saudáveis, pode contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde no país.

Hoje, as doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, câncer e doenças cardiovasculares e respiratórias, são as que mais matam no Brasil e no mundo, sendo responsáveis por mais de 70% das mortes. São fatores de risco para essas doenças o tabagismo, a alimentação não saudável e inadequada, o uso abusivo do álcool e o sedentarismo. Nesse sentido, é fundamental debater a necessidade de revisão dos subsídios fiscais e a implementação de um imposto seletivo sobre produtos que causam externalidades negativas.

A grave crise sanitária e econômica que estamos vivendo impõe, por sua vez, a necessidade de aumentar a arrecadação de recursos para lidar com a crise fiscal que ora se agrava. Diante desse enorme desafio para o Governo e o Congresso Nacional, o imposto seletivo também pode cumprir um papel importante.

Propõe-se, portanto, debater como os tributos podem ser uma ferramenta eficaz de política pública para mitigar esses fatores de risco, especialmente o tabagismo e a alimentação não saudáveis. Ademais, objetiva-se aproveitar esta oportunidade para lançar novo relatório da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre os impactos econômicos da tributação de bebidas adoçadas.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

CD/20656.86479-00

CD209865705500

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2020.

Deputado Afonso Florence
(PT/BA)

CD/20656.86479-00

CD209860570500